



4265 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)
GT07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos

A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL: um estudo na perspectiva Histórico-Cultural
Valdinélia Virgulino de Souza - UFPB - Universidade Federal da Paraíba
Aline dos Santos Pereira - UFPB - Universidade Federal da Paraíba
Genilson José da Silva - UFPB - Universidade Federal da Paraíba
Agência e/ou Instituição Financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Resumo

O presente artigo é resultante de uma pesquisa em andamento desenvolvida no mestrado em educação. Tivemos como objetivo analisar a avaliação da aprendizagem na educação infantil na perspectiva histórico-cultural. Quanto à metodologia, nos apoiamos nos fundamentos teóricos da teoria histórico-cultural alicerçada no materialismo histórico e dialético que busca compreender a avaliação da aprendizagem, em seu trajeto histórico determinado pelo contexto econômico, político e cultural que lhe dá sentido. As primeiras aproximações com a temática nos leva a apontar que uma alternativa para superar os métodos seletivos na educação infantil, são os pressupostos da teoria Histórico-cultural, uma vez que defende que o professor, enquanto mediador do processo de aprendizagem, possibilita a criança a conhecer a zona de desenvolvimento proximal, permitindo explorar novas formas de aprendizagem, mais qualitativas, relacionando-as aos fatores sociais, econômicos, culturais e históricos em que os sujeitos estão inseridos.

Palavras-chaves: Educação infantil. Avaliação da aprendizagem. Teoria Histórico-cultural

A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL: um estudo na perspectiva Histórico-Cultural

Introdução

As construções históricas acerca da infância e da criança mostram-se diferenciadas ao longo dos períodos históricos, especialmente a partir do século XX, com as novas concepções acerca da criança no contexto social e escolar. Esses avanços, segundo Kuhlmann Jr. (2000), foram decorrentes das transformações desencadeadas, por um lado, pela urbanização e expansão do capitalismo e, por outro lado, pelos avanços científicos das teorias sobre a infância.

No Brasil, no período de 1930, com as teorias pedagógicas para a educação infantil difundidas pela Escola Nova, delineou-se um contexto conflituoso entre os intelectuais renovadores que defendiam a aprendizagem centralizada nas atividades do aprender fazendo e os católicos conservadores, que detinham o monopólio da educação desde o período jesuítico.

Essa correlação de forças despertou, posteriormente, um atendimento diferenciado às crianças questionado pelas mulheres trabalhadoras, que reivindicavam que as creches deveriam cuidar de seus filhos, enquanto desempenhavam as atividades laborais. No entanto, essas instituições de ensino voltadas para a educação infantil estiveram atreladas a uma concepção assistencialista, sem uma preocupação com a sistematização, tanto da prática pedagógica, bem como da avaliação da aprendizagem.

No Brasil, a avaliação na educação infantil, segundo Hoffmann (1998, p. 9), surgiu a partir dos anos de 1970, "propriamente como elemento resultante da pressão exercida pelas famílias de classe média questionando políticas pedagógicas de aprendizagem para as crianças". Essas reivindicações atendiam, no entanto, as exigências de uma classe que atendia *status quo* da sociedade burguesa.

Partindo desses pressupostos, temos como objetivo analisar a avaliação da aprendizagem na educação infantil na perspectiva da teoria histórico cultural de Vigotski. Em relação a metodologia, essa análise baseia-se na pesquisa qualitativa, que pela sua amplitude e rigor na construção do conhecimento, justifica-se pela preocupação em compreendermos a natureza da avaliação da aprendizagem em sua complexidade: "os estudos que empregam a metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais" (RICHARDSON; et al. 1999, p. 80)

No tocante ao método de abordagem, nos apoiamos na teoria Histórico-cultural alicerçada no materialismo histórico e dialético, uma vez que entendemos que essa concepção teórica abrange a avaliação da aprendizagem para além da verificação dos conhecimentos apreendidos na escola e redimensiona uma relação entre ensino, aprendizagem e desenvolvimento humano. Esse método, enquanto epistemologia de análise dos condicionantes econômico, político, social e cultural, possibilita "estudar as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, de sua evolução histórica e da prática social dos homens no desenvolvimento da humanidade" (TRIVINOS, 1987, p. 51).

Em relação ao campo da pesquisa pretendemos desenvolver essa investigação com docentes da Pré-escola em três Centros de Referências de Educação Infantil (CREI) no município de João Pessoa–PB.

A avaliação na educação infantil

A educação infantil, enquanto primeira etapa da educação básica se mostra fundamental para o desenvolvimento da aprendizagem nos demais níveis de ensino. Assim, se faz necessário um processo de avaliação contínuo e formativo que possibilite a continuidade da aprendizagem, visto que, historicamente, a avaliação tem sido utilizada como instrumento de seleção, divisão e exclusão escolar, cuja finalidade é reproduzir a lógica de organização social da classe dominante.

Hoffmann (2012, p. 65) ressalta que a avaliação da aprendizagem na educação infantil, no Brasil, baseia-se no paradigma educacional definido pela Escola Nova, os quais enfatizam os aspectos “afetivos, psicomotores e cognitivos”. Para essa autora, é importante que os docentes tenham uma concepção clara e segura acerca da prática avaliativa, uma vez que as instituições escolares costumam negligenciar aprendizagem das crianças de 0 a 6 anos, concentrando o foco na formalidade do processo avaliativo, como o preenchimento de formulários sobre a rotina, o controle de sono, a alimentação e a higiene.

Esse entendimento, expressa à avaliação mediadora, que se fundamenta na observação das atividades dos alunos através de conceitos que prezem os aspectos cognitivos, psicomotores e afetivos, apesar de que, junto a essa prática, há outras formas de avaliação que julgam e comparam a aprendizagem de forma descontextualizada do processo pedagógico. Nesse sentido, faz-se necessário uma análise acerca do caráter qualitativo, igualitário e coerente do trabalho do professor, para que sua prática não expresse no processo educativo “uma concepção classificatória, com o objetivo de controlar o desempenho das crianças por meio de procedimentos e instrumentos que refletem posturas seletivas e excludentes” (Ibid. 2012, p. 24).

Por essa razão, é importante que a avaliação da aprendizagem, constitua um conjunto de procedimentos didáticos e metodológicos que se estendem por um longo tempo e em vários espaços da escola. Estes, dentro de certa medida, assumem tanto um caráter processual de melhoria da aprendizagem, como também a função formativa mediante a participação da criança na relação pedagógica.

Para essa possibilidade acontecer, ressaltamos dois aspectos, o primeiro, o professor precisa agir como um mediador, buscando sempre decidir sobre a melhor maneira de mediar e avaliar, orientando a construção de conhecimentos e promovendo condições significativas para formação dos educandos, o que implica na observação individualizada da criança, o segundo, o planejamento, deve constituir-se de forma intencional, propondo atividades significativas com vistas à construir os saberes necessários para promover o desenvolvimento cognitivo e criar novas atividades e novos desafios associados aos conhecimentos apropriados pelas crianças mediante as atividades.

Avaliação na perspectiva histórico-cultural

Os pressupostos teóricos e metodológicos acerca da teoria histórico-cultural concebem o processo de ensino e aprendizagem como um processo interno, ativo e interpessoal, em que o sujeito aprende na interação constituída pelas relações sociais e por meios de seus determinantes políticos, sociais e culturais. Esta definição caracteriza a forma como a sociedade se organiza e define os tipos de tarefas que a criança em crescimento enfrenta, assim como os tipos de instrumentos, tanto mentais como físicos disponíveis para dominar determinadas tarefas.

Essa compreensão acerca da aprendizagem deve ser coerente tanto com o nível de desenvolvimento da criança, como também com a sua disposição cognitiva de aprendizagem, a qual o professor precisa reconhecer em seus educandos na medida em que estimula a aprendizagem e desenvolve os conceitos mais complexos atribuídos de descobertas.

No que tange ao papel mediador do professor, cabe ressaltar a análise de Baptista (2012, p. 147) destacando que o professor deve estimular a aprendizagem possibilitando que o educando, desenvolva conceitos mais complexos e atribua significados às suas descobertas, “no processo de aprendizagem, os conceitos científicos são elaborados pela criança em colaboração com um adulto e, em colaboração, a criança pode fazer mais do que sozinha”.

Esse entendimento é idealizado por Vigotski, Luria e Leontiev (2001, p. 112), destacando-se nesse processo a ação do professor na Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) da criança. Isto significa que, por meio da mediação docente, podemos medir não só o processo de desenvolvimento até o presente momento e os processos de maturação que já se produziram, mas também os processos que estão ainda ocorrendo, que só agora estão amadurecendo e desenvolvendo-se

Isso quer dizer que, o professor não pode limitar o aluno a um único nível de desenvolvimento, e sim determinar pelos menos dois níveis, o Nível de Desenvolvimento Atual, o que a criança já consegue fazer sozinha, e a Zona de Desenvolvimento Proximal, o que a criança consegue fazer com auxílio de adultos, sendo esta última, a dimensão onde ocorre o desenvolvimento e a capacidade potencial de aprendizagem, específica a cada criança, por isso, torna-se importante, ao professor conhecer a zona de desenvolvimento proximal do seu aluno, visto que, assim, poderá determinar os futuros passos da criança, a dinâmica do seu desenvolvimento e a examinar o que já se produziu.

Nesse sentido Lunt (1997, p 234) destaca que qualquer avaliação “que não explore a zona de desenvolvimento proximal é apenas parcial, já que só leva em conta as funções já desenvolvidas e não aquelas que estão em processo de desenvolvimento e que, por definição, desenvolvem-se por meio da atividade colaborativa”. Tendo conhecimento do nível em que seu aluno está e até onde ele conseguirá chegar o professor poderá desenvolver atividades planejadas e avaliar cada aluno de acordo com suas particularidades, uma vez que, as crianças com a mesma faixa etária podem ter zonas proximais bem distintas.

Diante dessas informações, o professor, atuando nos pontos fortes das crianças, o que ela ainda não atingiu, ao invés de suas fraquezas, o que ela já sabe, terá uma concepção mais realista acerca do processo aprendizagem, uma vez que o processo de avaliação já estará se processando.

A esse respeito, Morais (2008, p. 47) destaca que, o aspecto prioritário da ação de avaliar na perspectiva da teoria histórico-cultural, “é analisar os elementos culturais necessários à humanização do indivíduo”, devendo acompanhar todo o processo de desenvolvimento humano não no sentido de conformação, mas de reflexão e intervenção durante o processo, o que exige uma compreensão, no sentido que, a avaliação também não pode ser naturalizada, posto que é um processo sócio-histórico que não se limita ao indivíduo em uma relação de aprendizagem, mais as suas condições históricas objetivas.

Essa concepção de avaliação se coaduna com o entendimento de Luckesi (2011, p. 118;119) que defende que a avaliação deixe de ser classificatória e passe para um modelo diagnóstico e formativo, cujo objetivo possibilite, tanto a democratizar o processo de ensino, como também, auxiliar o planejamento do professor para que compreenda o nível de desenvolvimento em que se encontram as crianças, “a avaliação não deve ser tão somente um instrumento para a aprovação ou reprovação dos alunos, mas sim um instrumento de diagnóstico de sua situação, tendo em vista a definição de encaminhamentos adequados para a sua aprendizagem”.

Dessa forma, a avaliação da aprendizagem, deve ser entendida como um processo que permeia a prática docente diária, perpassando o currículo, a metodologia de ensino e as atividades pedagógicas. Vigotski ressalta a importância da escola e do papel do professor como agentes indispensáveis do processo de ensino e aprendizagem. Na perspectiva histórico-cultural, o conceito de ZDP é essencial no planejamento docente, uma vez que possibilitará ir além de conteúdos previamente determinados para cada etapa do desenvolvimento infantil, estimulando a criança a avançar para novos níveis de aprendizagem e, conseqüentemente, de desenvolvimento.

Considerações

As primeiras aproximações dessa pesquisa nos permitem sinalizar que os pressupostos da teoria histórico-cultural são uma alternativa no sentido de superar os métodos avaliativos, com objetivos excludentes, na educação infantil.

Nessa perspectiva, o professor é pensado enquanto mediador do processo de aprendizagem, que tem o papel não somente de avaliar o nível de desenvolvimento atual, mas conhecer a zona de desenvolvimento proximal, em que a criança se encontra, podendo, assim, planejar as suas atividades mediante o conhecimento dos alunos e as novas formas de aprendizagem mais interativas e qualitativas, que permitam explorar essas duas dimensões e relacioná-las aos fatores sociais, econômicos, culturais e históricos em que os sujeitos estão inseridos.

Referências

- BAPTISTA, Maria das Graças de Almeida. *Gramsci e Vigotski: da educação ativa à educação crítica*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2012.
- HOFFMANN, Jussara. *Avaliação e educação infantil um olhar sensível e reflexivo sobre a criança*. Porto Alegre: Editora Mediação, 2012.
- _____. *Avaliação na Pré-Escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança*. 5. ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998. Caderno de Educação Infantil.
- KUHLMANN Jr., Moyses. Histórias da educação infantil brasileira. In: *Revista Brasileira de Educação*, n. 4, p. 5-18, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a02.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2018.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*. 22. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2011.
- LUNT, I. A prática da avaliação. In: DANIELS, H. (Org.). *Vygotsky em foco: pressupostos e desdobramentos*. 3. ed. Campinas-SP: Papyrus, 1997.
- MORAES, Sílvia Pereira Gonzaga de. *Avaliação do processo de ensino e aprendizagem em matemática contribuições da teoria histórico-cultural*. 2008. 261 f. Tese (Doutorado) Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.
- RICHARDSON, Roberto Jarry et al. *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1999.
- TRIVINOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.
- VIGOTSKI, Lev Semenovich; LURIA, Alexander Romanovich; LEONTIEV, Alex N.. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. 8. ed. São Paulo: Editora Ícone, 2001. (Coleção educação crítica).